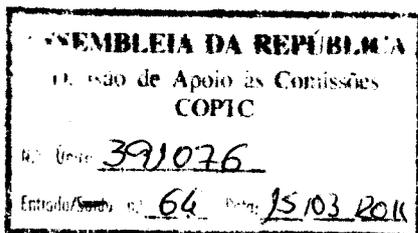


CDS-PP



**Exmo. Senhor
Presidente da Comissão
de Obras Públicas, Transportes
e Comunicações**

Requerimento

Considerando que:

1. Na sequência do acordo assinado entre Governo e PSD – para a viabilização do OE 2011 – foi constituída uma comissão para avaliação das Parcerias Público-Privadas (PPP), que tem como missão verificar se as PPP devem avançar ou terão de ser travadas em função da sua sustentabilidade económica e financeira, evitando um sacrifício ilegítimo das gerações futuras;
2. Foi nomeado presidente da comissão criada para avaliar as Parcerias Público-Privadas o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins;
3. O Professor Manuel Avelino de Jesus foi indicado pelo PSD para o grupo que está a avaliar as parcerias público-privadas (PPP)
4. O protocolo de entendimento entre o Governo e o PSD diz especificamente que a comissão então criada deverá “reanalisar prioritariamente, com urgência, as PPP e grandes obras, sem excepção, ainda não iniciadas ou na fase inicial de construção”;
5. O projecto do TGV enquadra-se manifestamente no grupo das PPP a reavaliar (no troço Poceirão-Caia estão em causa 6 PPP em concreto);

6. Governo e PSD, afirmaram repetidamente que o TGV está em reavaliação. Mas, na prática, nas portarias, nos despachos, nos contratos, o TGV está a avançar;
7. Só nos últimos meses – e relativamente ao troço Poceirão-Caia -, o Governo decidiu:
 - a) a revisão do contrato de concessão;
 - b) aprovar nova minuta do contrato de concessão;
 - c) o reenvio do contrato de concessão para o Tribunal de Contas para obtenção do visto prévio;
 - d) a publicação da Portaria com os encargos resultantes do contrato para cada ano económico;
 - e) a continuação das expropriações.
8. Todos estes procedimentos são, na opinião do CDS, uma forma de tornar irreversível a construção do TGV e acarretam obrigações financeiras para o Estado português;
9. A construção do troço Poceirão-Caia, por outro lado, tornará logicamente inevitável a construção da ligação Lisboa-Poceirão e a ligação ao novo aeroporto, mediante a construção deste;
10. Torna-se evidente que, objectivamente, estas decisões tomadas pelo Governo põem em causa o princípio da reavaliação e condicionam – no que ao TGV diz respeito – o trabalho da comissão criada pelo governo e pelo PSD para avaliar as Parcerias Público-Privadas;
11. Entre PS e PSD – e apesar do acordo assinado -, tem sido evidente a inexistência de um entendimento político sobre a interpretação a dar ao acordo celebrado;

12. Alegando falta de colaboração do Governo, que tem demorado a enviar documentação fundamental para o trabalho do grupo que está a avaliar as parcerias público-privadas (PPP), o Professor Manuel Avelino de Jesus pediu a demissão;

13. O Professor Manuel Avelino de Jesus fundamenta o seu pedido “na ocorrência de factos que impedem o grupo de trabalho de cumprir a missão que presidiu à sua constituição”: “Demora injustificada no fornecimento dos documentos e informações solicitadas”, que além disso são apresentados de forma “incompleta”;

Assim, para prestar esclarecimentos sobre o trabalho até agora desenvolvido pelo grupo constituído para avaliar as Parcerias Público-Privadas – nomeadamente no que diz respeito à contradição entre o avanço, na prática, do projecto do TGV e a intenção da reavaliação deste projecto e aos factos alegados pelo Professor Manuel Avelino Jesus para a sua recente demissão - o Grupo Parlamentar do CDS solicita, com urgência, a audição do Senhor Presidente da comissão para avaliar as Parcerias Público-Privadas, Dr. Guilherme d’Oliveira Martins, e do Professor Manuel Avelino Jesus.

Palácio de São Bento, 15 de Março de 2011

O Deputado

